

**Adriana Deodato Costa**

Universidade Federal de Alagoas. Vice-Coordenadora do Núcleo de Educação e Diversidade do Sertão Alagoano (NUDES).  
adriana.costa@cedu.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0543-0436>

**RESUMO:** Esta produção acadêmica-científica refere-se à seção Mesas Redondas, Palestras e Minicursos aconteceu no IV Seminário Nacional do NUDES, I Seminário Internacional do NUDES: Sociedade, Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade. Educação. Direitos Humanos Equidade. Diversidade.

**ABSTRACT:** This academic-scientific production refers to the Roundtables, Lectures and Mini-courses section that took place at the IV National Seminar of NUDES, I International Seminar of NUDES: Society, Education and Human Rights: equity in diversity.

**KEYWORDS:** Society. Education. Human Rights. Equity. Diversity.

O objetivo do texto é apresentar uma breve análise da relação entre gênero e docência, a partir de alguns aspectos da historicidade da docência no Brasil a partir de Louro (2014) e das contribuições do conceito de Gênero em Scott (1989). Deste modo, busca-se trazer algumas contribuições e perspectivas para os estudos sobre o tema docência e gênero no Brasil<sup>2</sup>. É importante dizer que em outro texto já aludimos sobre as possibilidades e limites dos estudos de gênero na docência (Deodato, 2020). Aqui, aprofundamos alguns aspectos, como por exemplo, o caráter histórico do conceito dessa categoria.

<sup>1</sup> Minicurso ofertado em formato presencial.

<sup>2</sup> Marisa Vorraber Costa já trazia a análise do gênero na docência no Brasil nos de 1990.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 68-74.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.717

Para início de conversa, a apresentação de dados sobre a ocupação de mulheres na docência é mais que necessária a fim de fortalecer a compreensão de que não se pode falar de docência sem considerar a questão da mulher-professora. No Brasil, estima-se que cerca de 79% de profissionais da educação básica que atuam na docência são mulheres. E aproximadamente 80% dos profissionais que ocupam cargos de direção no interior da educação é constituída de mulheres<sup>3</sup>, em 2023<sup>4</sup>.

Diante desse quadro, é possível notar que a presença feminina seja na docência, seja na direção escolar, imprime a singularidade feminina no interior do que se convencionou, socialmente, pensar qual é o papel da mulher na educação, enquanto docente. Diante dessa ideia é possível traçar algumas reflexões que servem de norteamentos para o entendimento da questão feminina no âmbito do magistério.

No século XIX era comum a existência de escolas de primeiras letras nos locais mais populosos do Império. Dado o fato de esse momento configurar uma sociedade escravocrata e rural era típico dessa época o silenciamento das mulheres, também pelo fato de as escolas fundadas obedecerem a ordens religiosas para mulheres e homens, contudo, com diferenças do currículo escolar típico da época. É importante dizer que havia uma diferenciação do currículo escolar das mulheres da classe alta que era constituído de leitura, escrita, matemática, piano, francês e preparação para os assuntos domésticos. Estavam fora desses conhecimentos as mulheres das classes trabalhadoras, mulheres negras e indígenas (Louro, 2014). Mulheres e meninas das classes populares eram educadas a partir das atividades domésticas, as mulheres órfãs educadas a partir de ordens religiosas. Segundo Louro (2014), ainda no século XIX, as vertentes socialistas e anarquistas defendiam a instrução como libertação das mulheres.

Às mulheres, de modo geral, era designada a educação moral com destino para o casamento e a maternidade, afinal, a mulher era o pilar do *locus* doméstico. Sua função social era ser formadora dos futuros cidadãos, moldando-os. Nos discursos jurídicos, religiosos e políticos, ainda segundo Louro, a mulher brasileira deveria ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem e guia dos filhos.

---

<sup>3</sup> Esse último dado é um marco importante no sentido de que se pode observar que há um crescimento da ocupação feminina em cargos administrativos, até então exercidos, em sua maioria, por homens.

<sup>4</sup> Fonte: Censo Escolar – Ministério da Educação.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 68-74.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.717

Nos fins do século XIX e início do século XX houve uma ruptura da educação marcada pela escravização: mulheres ordeiras, diligentes, asseadas, com controle sobre os homens e para formar os novos trabalhadores do país. Ainda com formação cristã, denotando pureza. Louro também menciona que a perfeição moral, a aceitação de sacrifícios e ação educadora sobre os filhos e filhas e a puericultura marcaram a junção da função materna com a ciência.

As professoras deveriam ter uma postura “adequada” expressa na honestidade, prudência e conhecimentos considerados femininos, a saber: a costura e o bordado. A diferenciação salarial era definida pelos conhecimentos, os homens professores recebiam um salário melhor por terem conhecimentos como os ligados à geometria, por exemplo.

A partir do século XIX, com a criação das Escolas Normais homens e mulheres passaram a interagir, embora com salas ou classes separadas. É interessante afirmar, ainda na visão de Louro, que os discursos que permeavam a docência configuravam contradições: alguns defendiam que a mulher, por ter um cérebro em desuso e uma psicologia infantil não poderia ensinar. Esse discurso coadunava com a ideia de que assim como os clérigos, as mulheres não eram apropriadas para o ensino, por permanecerem no passado. Já outros discursos defendiam a mulher como professora por ser essa de natureza adequada ao ensino, uma vez que ensinar tinha relação com maternidade; sendo a mulher mãe espiritual, regida com vocação ao amor, dedicação e entrega.

Com as modificações de meados do século XX, principalmente no que toca à urbanização e industrialização, os homens foram se afastando da docência, cedendo lugar às mulheres. Uma das explicações para esse fenômeno foi o fato de que os postos de trabalho industriais da época ofereciam melhores salários.

O processo de feminização da docência, nesse momento ainda, incorporou a ideia de que a docência de atrelava à mulher por ser essa paciente, minuciosa, afetiva, doadora etc. A docência era considerada uma forma de sacerdócio, que reforçava a ideia de que a professora era dócil, dedicada e pouco reivindicadora (Louro, 2014).

Louro também afirma que a mulher, ainda nesse contexto, era considerada frágil e controlável, marcada por um modelo religioso de dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício.

Acompanhou o processo de feminização da docência, o maior controle do Estado sobre ele e a escola, coincidindo com a internalização do tempo escolar, a incorporação de disciplinas como a Psicologia, Puericultura e Higiene Escolar para o desenvolvimento “normal” da criança e formas modernas de tratá-las, sob a influência europeia. A escola era considerada *locus* de harmonia, limpeza e cuidado.

A ideia de ordem sobre a professora era expressa na proibição de contato das docentes com o alunado fora da escola, a partir de uma formação moral e religiosa, cujas representações figuravam a características físicas, solteirice, de caráter disciplinadora e disciplinada (controle), com performance de autoridade – distância dos alunos, controle da sexualidade.

Foi por volta dos anos de 1930 houve vestígios da mulher-professora como objeto de desejo, como operária divina, de vida limpa e correta, educadora – sempre apoio afetivo, com função corretiva.

Nas décadas de 1960-70 despontam as profissionais do ensino, com controle do Estado, burocracia, ideia de eficiência e produtividade. Na contemporaneidade aparece a figura da tia, desencadeando discussões sobre a valorização da docente como profissional, uma vez que tia, para alguns autores, relegava à docente um papel secundário em termos de educação. Há, nesse momento, a aparição das trabalhadoras da educação, inaugurando processos de proletarização e sindicalização.

Como podemos perceber, perspectiva histórica da feminização docente em Louro, liga-se, em alguns aspectos, à historicidade na visão de Scott (1989). Para esta última, assim como para Louro, gênero é uma categoria **relacional** das definições normativas (Scott, 1989, p. 03). Afinal, é “todo um **sistema** de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (p. 07). Isso é notório nas formas sociais e históricas que tratam da mulher-professora.

Ainda em Scott, gênero possibilita a unidade ou inseparabilidade entre sexualidade e política, família e nação ou homens e mulheres e isso, podemos ver

nas ideias de Louro quando esta menciona as formas como a mulher é retratada nos séculos XIX e XX.

Assim sendo, gênero ganha força de análise, ou seja, **perspectiva histórica**. Podemos notar essa acepção na história da feminização em Louro, uma vez que esta autora traz elementos sociais e políticos desse processo.

Scott traz a ideia de que gênero possibilita a conciliação entre **história e teoria**, já que enuncia contextos específicos e mudança fundamental, emprega preceitos com consciência de suas implicações e fundamenta os estudos em teorias: 1) que buscam a origem do patriarcado; 2) que trazem a forma de compreensão na tradição marxista; e, 3) e a divisão entre pós-estruturalismo francês e teorias anglo-americanas das relações de objetos baseadas na psicanálise. A autora entende que essas perspectivas precisam ser revisadas, pois, gênero questiona o funcionamento das relações sociais humanas, dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Ainda na perspectiva da autora, é preciso atentar para os sistemas de representação do gênero feitos pela sociedade. Ao analisarmos a história da feminização docente no Brasil, percebemos as formas como as mulheres docentes eram representadas nos discursos jurídicos, políticos e sociais. Por isso, a autora afirma que é preciso entender com as sociedades usam gênero para “articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência” (p. 15), porque, em sua análise o significado e o sentido andam juntos.

Na visão histórica de Scott, há uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, é preciso considerar o passado, mudar hábitos de trabalho e questões, examinar nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses operativas e explicar como as mudanças se dão; não procurar origens únicas, mas, conceber “processos ligados entre si que não poderiam ser separados” (p. 20), entender **como** as coisas acontecem para descobrir **por que** elas acontecem.

Afinal, é preciso questionar os sentidos que as atividades da mulher adquiriram através da interação social concreta, tratando o sujeito individual tanto quanto a organização social, articulando a natureza de suas inter-relações, por meio da consideração das relações humanas como construtoras da identidade, vida, um conjunto de relações, dentro de uma sociedade com certos limites e com a linguagem

**conceitual** que, ao mesmo tempo, coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de interpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação (p. 21).

Scott ainda defende que gênero possui várias partes e várias subpartes, é elemento que constitui as “relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” (p. 21), assim como é forma primeira de identificar as relações de poder. Ele considera que as representações correspondem à mudança (com sentidos múltiplos) nessas relações de poder. E considera ainda os símbolos culturais (Eva e Maria), os conceitos normativos (papel tradicional das mulheres hoje), as noções do político, das instituições e organizações sociais. Devemos aludir, para a compreensão das relações de gênero, o parentesco e o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, porque se parte da ideia de identidade subjetiva de poder e na não naturalização dos significados de feminino e masculino (Fagundes, 2005).

Para concluir, percebemos que a partir das ideias aqui traçadas, precisamos, para os estudos e pesquisas a respeito da mulher professora no Brasil, considerar a relevância de se considerar as representações sociais dessa mulher professora, compreender como elas veem suas representações na sociedade, se ater também às questões de classe e raça (Davis, 2016), como se reproduzem os discursos e relações da mulher negra na docência, por exemplo; assim como a forma a partir das quais as professoras vivenciam a supremacia masculina na docência, entendendo os aspectos subjetivos da professora, articulando-os às relações sociais e à questão do feminismo na contemporaneidade<sup>5</sup>.

## Referências

1. ARRUZZA, Cíntia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
2. COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
3. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

---

<sup>5</sup> Sobre as considerações a respeito do feminismo contemporâneo, consultar Arruzza et al, 2019. *Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 68-74.*  
ISSN 2675-5955  
DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.717

4. DEODATO, Adriana. Docência e mulher: possibilidades e desafios para estudos e pesquisas. *In*: SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos; SILVA, Maria Aparecida (org.). **Educação, diversidade e direitos humanos**: trajetórias e desafios. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.
5. FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Mulher e pedagogia**: um vínculo ressignificado. Salvador: Helvécia, 2005.
6. LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
7. SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. [S. l.: s. n.], [19--?].